

Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual

Roseli Salete Caldart¹

“... a emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras...” Karl Marx e Friedrich Engels²

“Só se destroi realmente aquilo que se substitui.” Baudelaire.

Hoje no Brasil muitos falam em nome da Educação do Campo, nem sempre desde os mesmos fundamentos e objetivos, resultado contraditório de seu percurso real nestas quase duas décadas de existência³. É importante notar que embora seja um fenômeno recente na história brasileira, o acúmulo de luta e construção da Educação do Campo já precisa ser considerado para pensar a realidade educacional do campo, em particular da educação pública, principalmente quando se quer entender esta realidade desde o ponto de vista dos próprios trabalhadores do campo e suas organizações. Talvez seja por isso que começa a acontecer uma disputa do conceito por diferentes grupos, até mesmo pelos representantes do polo do capital (empresários do agronegócio e seus intelectuais orgânicos, governos,...), que tentam hoje associar esse nome a uma visão “modernizada” da “educação rural”, historicamente associada ao atraso do latifúndio.

Há também quem pense que é necessário “salvar” a Educação do Campo das contradições que a envolvem e que se relacionam às contradições da realidade material de sua atuação. E que isso pode ser feito pela apropriação privada ou corporativa dela por determinadas linhas de pensamento, deslocando-a de suas finalidades e da materialidade que a produziu como este novo e importante fenômeno da educação brasileira. Este deslocamento, diga-se, mesmo que movido por intenções “críticas”, tira o sentido da existência da Educação do Campo. Pode matá-la.

Não pretendemos neste texto dar conta dos diferentes debates sobre a Educação do Campo que se desenvolvem hoje nessa direção ou noutra, mas apenas participar das discussões, desde o que nos parecem ser as necessidades mais urgentes do momento atual. Nosso objetivo aqui é contribuir com a discussão de duas questões. A primeira é de retomada/reafirmção da compreensão sobre a especificidade da Educação do Campo, na relação com a realidade material que a constitui historicamente e com a diversidade de seus sujeitos. E a segunda questão é identificar o papel da Educação do Campo em relação a confrontos que emergem com força neste período, e os desafios político-organizativos que esta realidade nos impõe para continuarmos o percurso feito até aqui, firmando nossa atuação específica como parte do projeto histórico da classe trabalhadora. Nas duas questões o objetivo de contribuir com a análise do que construímos e o que é fundamental continuar construindo como objeto concreto expresso pelo nome/conceito de “Educação do Campo”, e que justifica sua presença na realidade educacional brasileira.

Especificidade da Educação do Campo

A Educação do Campo (EdoC) se constituiu, no final da década de 1990, como uma articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação, materializando ações de

¹ Do setor de educação do MST.

² Normas Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores. Apud Musto, Marcello (org.). *Trabalhadores, uni-vos! Antologia Política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 291.

³ O batismo “Educação do Campo” completa 17 anos em julho de 2015.

disputa pela formulação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira, que atendam aos interesses sociais dos trabalhadores do campo, em especial, dos camponeses ou das famílias e comunidades vinculadas ao trabalho de base camponesa⁴. Luta por políticas ou medidas específicas em função de uma desigualdade histórica no atendimento aos direitos sociais da população trabalhadora do campo (camponeses, assalariados rurais, “povos tradicionais”,...).

A perspectiva de lutas comuns no plano do direito humano à educação trouxe junto uma necessidade/possibilidade de comunicação e cooperação entre práticas educativas diferenciadas que também se colocam no plano do direito: direito de desenvolver estas práticas e de que sejam respeitadas e reconhecidas na sua diversidade.

Luta e construção comuns, vão constituindo, não linearmente, mas nas tensões entre seus diferentes sujeitos, uma base de análise comum da realidade e elementos fundamentais de concepção (de educação, de campo, de sociedade) que servem de parâmetro para orientar a continuidade das ações e identificar o que, afinal, é/pode vir a ser, a EdoC.

A EdoC surgiu com este objetivo principal, de associar lutas de diferentes sujeitos particulares com interesses sociais comuns, no movimento entre a luta por direitos feita diretamente por quem se percebe excluído deles, e a luta comum entre diferentes sujeitos, inclusive aqueles que já têm atendido esse direito, por políticas que garantam o acesso e a qualidade social da educação para todos. As lutas identificadas como EdoC se colocam, então, em um patamar mais geral, ainda que específico em relação à realidade mais ampla, do que as lutas feitas por cada grupo ou organização que a compõe. Mas estas lutas particulares são a sustentação material da luta específica geral, ao mesmo tempo em que esta legitima e fortalece cada luta particular⁵.

Ela nasceu protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, em um movimento coletivo de pensar a educação/formação *dos* trabalhadores e não para eles, lutar por políticas públicas que garantam as condições para que estas práticas sejam construídas desde seus interesses sociais, políticos, humanos. *Esta é a grande novidade histórica da EdoC*, e que não podemos deixar se perder: criada pelos trabalhadores do campo como ferramenta para disputar políticas que lhes garantam condições objetivas de construir e gerir, pela sua associação coletiva, a educação de que precisam para “conquistar sua própria emancipação”. Tem um foco prioritário (não exclusivo) na luta por políticas de escolarização formal, pela histórica negação desse acesso aos trabalhadores e pela importância que a escola tem na construção do seu projeto educativo, especialmente na sua tarefa específica em relação ao conhecimento. E assumindo a contradição de disputar junto ao Estado, “o colaborador mais disposto” do capital⁶, políticas que possibilitem atender exigências formativas do polo do trabalho.

Entendemos que nessa novidade histórica está a definição principal da *especificidade da EdoC* e, ao mesmo tempo, sua associação às lutas históricas do conjunto das classes trabalhadoras do país, de todo mundo.

⁴ Cf verbetes *Agricultura Camponesa* e *Campepinato*, escritos por Horacio Martins de Carvalho e Francisco de Assis Costa. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, respectivamente, p. 26-32 e p. 113-20.

⁵ Esta configuração assumida pela Educação do Campo foi fruto das circunstâncias concretas da formação econômico-social brasileira. Ainda não chegamos a aprofundar suficientemente esta análise de porque chegamos nesta construção e não noutra. Fica como desafio aos pesquisadores da história da educação.

⁶ MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 23.

Sujeitos da Educação do Campo

Quem são, afinal, os sujeitos da EdoC? É importante retornar a esta questão porque se multiplicam as tentativas de obscurecer esta identidade.

Parece-nos que ajuda relembrar o que dissemos no documento-base da I Conferência *Por Uma Educação Básica do Campo* de 1998, sua atividade de “batismo”: “Decidimos utilizar a expressão *campo* e não a mais usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da Conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mas quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com esta preocupação mais ampla, temos uma preocupação especial com o resgate do conceito de *camponês*. Um conceito histórico e político. Seu significado é extraordinariamente genérico e representa uma diversidade de sujeitos (...). Essas palavras [que identificam os diferentes tipos de camponeses] denominam, antes de mais nada, o homem, a mulher, a família que trabalha na terra. São trabalhadores. Seus significados jamais são confundidos com outros personagens do campo; fazendeiros, latifundiários, seringalistas, senhores de engenhos, coronéis, estancieiros... As palavras exprimem as diferentes classes sociais. Possuem significado histórico e político que perpassam as principais lutas de resistência camponesa do Brasil, como Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas e MST...”

Esta é uma sutileza a realçar porque nem sempre é entendida e é apenas aparentemente contraditória. A EdoC tem como sujeitos concretos *todos os trabalhadores do campo, em sua diversidade*, mas sua base de constituição se vincula aos *camponeses*, à especificidade do trabalho camponês (familiar e associado ou cooperativo entre agricultores camponeses), ao modo de vida das comunidades camponesas, também na diversidade que os constitui. A atuação desde a EdoC precisa ser pensada considerando os diferentes trabalhadores do campo, em sua diversidade econômica, política, cultural, étnica. Um desafio, talvez maior, pela aparente contradição com a afirmação do trabalho camponês, é pensar a atuação específica com os trabalhadores assalariados do campo, e especialmente aqueles dispersos e sem vínculos organizativos consolidados, seja com sindicatos ou outras formas de organização de classe.

No Dicionário da Educação do Campo, afirmamos compreender “que o conceito de ‘camponês’, construído desde o confronto principal [de projetos de campo], pode representar o sujeito (coletivo) da EdoC, ainda que no concreto real os *sujeitos trabalhadores do campo* sejam diversos e nem todos caibam no conceito estrito de trabalhadores camponeses”⁷. E por que a base da EdoC é o trabalho camponês, a perspectiva dos camponeses, da agricultura camponesa? Por se entender que é fundamental a unidade do polo do trabalho no embate específico entre projetos (lógicas) de agricultura, contradição em torno da qual a EdoC se move/precisa se mover na atualidade, e pelo seu horizonte de superação da lógica do trabalho assalariado, base da exploração do trabalho na sociedade capitalista. E é essa posição que acaba definindo parâmetros para os conteúdos das lutas, tanto por políticas públicas quanto para o reconhecimento social de práticas específicas.

Mas há outro elemento a considerar na composição dos sujeitos da EdoC. Desde o início participam das ações identificadas como EdoC outros sujeitos que não apenas os trabalhadores do campo e suas organizações: entidades educacionais, profissionais da educação básica e hoje, especialmente das

⁷ *Op. cit.*, p. 15.

instituições de educação superior e, contraditoriamente, também setores de governos que se identificam com o princípio do direito humano universal à educação e mesmo defendem a agricultura camponesa. Esta participação acabou reforçando a dimensão das práticas e os debates de concepção.

A falta de clareza histórica sobre essa composição de princípio tem levado, nos parece, a algumas manifestações ou compreensões equivocadas. Há quem esteja afirmando que a EdoC é das universidades ou que é “coisa do governo”. Ou que é um ideário abstrato, de autores, a ser seguido ou criticado. Precisamos ajudar a quem vai entrando nas ações identificadas por esse nome, para que entenda as várias dimensões dessa dialética de constituição da EdoC. Pela densidade do fenômeno da realidade que identifica, a EdoC se forjou como um *conceito*, que já de início demarcou um confronto às políticas de “educação rural” e às relações sociais que a configuraram historicamente. Como conceito pode ser apropriado (e também subvertido ou recriado), como todos os conceitos, por qualquer pessoa em qualquer lugar de atuação⁸.

O fato de que hoje muita gente usa a expressão “Educação do Campo”, escreve ou pesquisa sobre ela, faz seminários sobre esse tema, nos indica a importância política e teórica da construção ou da base material do conceito, mas não pode ser confundido com a própria EdoC, especialmente se ela for entendida, em essência, como uma *associação de luta dos trabalhadores*, de suas organizações, seus intelectuais orgânicos. Isso não quer dizer que as diferentes ideias sobre EdoC, e principalmente as críticas feitas com densidade política e rigor teórico, não devam ser consideradas, visando as sempre necessárias “depurações” no movimento real que a constitui.

É desafio dos seus sujeitos efetivos, evitar que a EdoC se torne um conceito meramente formal, sem correspondência ao seu objeto, ou mesmo que passe a identificar outro objeto, com outra referência de classe, um desafio que somente pode ser superado pelo seu movimento real, de luta e construção. O conceito de EdoC está hoje em disputa porque há uma diferença muito importante entre o momento histórico atual e o momento em que a EdoC foi instituída, entre lutar para que o rural voltasse à agenda do país e o rural (via agronegócio) como pilar do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal assumido pelo Brasil. E porque essa opção trouxe a educação rural de volta à agenda do Estado, com fortes traços de *educação corporativa* (aquela feita por empresas privadas com recursos públicos e que mais recentemente buscam incidir na educação pública)⁹, acompanhando as tendências gerais da política educacional brasileira cada vez mais marcadamente neoliberal e dependente.

Construção de uma base teórica de análise

Objetivos e sujeitos coletivos que deram origem à EdoC exigiram, desde o início, uma visão de totalidade, vinculada a uma base de análise previamente construída por estes sujeitos: não é possível tratar da política educacional descolada das questões do trabalho, da cultura, do embate de projetos de campo, e hoje, de modelos ou lógicas de agricultura, que têm implicações sobre projeto de país, de sociedade e sobre concepções de política pública, de educação, de formação humana. E na visão dos seus movimentos sociais camponeses originários, a luta que constitui essencialmente a EdoC, precisa ser parte de uma totalidade ainda mais ampla: a luta de uma classe pela instauração de uma forma social que tenha como pressupostos vinculados entre si, a “igualdade material e culturalmente substantiva, não meramente formal”¹⁰ e o respeito à diversidade (na sociedade como na natureza).

⁸ É assim que se pode entender, por exemplo, que secretarias de estado da educação tenham coordenações ou departamentos com esse nome, por vezes com objetivos contraditórios. Isso reafirma historicamente o conceito e, ao mesmo tempo, o insere na disputa ideológica entre as classes: vida real!

⁹ Cf. o verbete *Educação Corporativa* no Dicionário da Educação do Campo, p. 245-50, escrito por Aparecida Tiradentes.

¹⁰ MÉSZÁROS, *op. cit.*, p. 31.

Esta visão, que se constitui pela própria natureza das lutas das diferentes organizações envolvidas, deixa mais perceptíveis aos diferentes sujeitos algumas exigências em relação a objetivos da educação. Por isso a luta não pode ser pelo acesso a qualquer educação e é isso que tensiona conteúdo e forma das políticas públicas que se disputa, e que por sua vez gera discussões de concepção de educação e de matriz formativa entre os próprios sujeitos da EdoC. São, pois, os vínculos constitutivos da EdoC que alargam a visão sobre o papel formativo da escola e acabam exigindo que a luta não seja por qualquer escola.

E para os trabalhadores do campo, pela realidade em que vivem, não fica difícil entender (como parece sê-lo para tantos gestores da política educacional) porque não é possível tratar da desigualdade educacional desvinculada da desigualdade social e seus fundamentos.

Também é essa visão mais ampla que permite firmar como necessidade o pensar e agir sobre relações, porque sem isso as práticas educativas de movimentos sociais particulares, assim como as que se articulam como EdoC, podem tornar-se ou ser trabalhadas como “guetos”, que do ponto de vista de uma transformação social mais radical acabam sendo conservadores ou mesmo reacionários, porque sempre remetidos ao que já foi ou porque presos à *aparência* dos problemas que buscam enfrentar.

O esforço inicial de análise da realidade para melhor entender e organizar sua luta específica foi desenhando a EdoC como uma *categoria de análise* do próprio fenômeno empírico que expressa. No percurso da EdoC identificamos/abstruímos três “esferas” para melhor compreender sua constituição como fenômeno concreto. Temos afirmado que a EdoC não se compreende (ou não pode ser pensada) fora da tríade: *campo – educação – política pública*, nas suas relações e implicações mútuas. Aos poucos estas esferas foram se firmando como chaves para compreender a realidade educacional do campo e para organizar a atuação dos diferentes sujeitos coletivos da EdoC sobre esta realidade, e sempre tendo presente que *compreender as relações de determinação entre as esferas é o que efetivamente nos importa e o que constitui a base de análise da EdoC*. Desde nosso referencial teórico, tratar da especificidade não é isolar ou pensar no fenômeno em si mesmo, mas sim compreender as conexões que o constituem¹¹.

A base de análise que temos construído exige, pois, que não se pense a EdoC fora da contradição fundamental entre capital e trabalho e, pela nossa opção de classe, sem o objetivo de superação das leis fundamentais de funcionamento da lógica de produção que move o capitalismo: exploração do trabalho e exploração da natureza. Isso nos situa no terreno da luta de classes que coloca, como em toda sociedade capitalista moderna, em essência, num polo os *trabalhadores* (do campo e da cidade e em suas diferentes formas de relação com o capital) e no outro os *burgueses e os proprietários fundiários* (que no momento atual às vezes se confundem). É o mesmo referencial que nos permite entender que não podemos pensar o destino da educação fora do destino histórico do trabalho. Na especificidade do campo, este referencial nos permite afirmar hoje, com ainda mais convicção do que no início do percurso, que o destino histórico da EdoC se define fundamentalmente no âmbito da *questão agrária*, entendida no sentido do estudo da natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra, o que envolve o próprio embate entre lógicas de agricultura¹².

¹¹ O Dicionário da Educação do Campo publicado em 2012 é um exemplo de esforço coletivo para organizar e entrelaçar conceitos fundamentais para compor uma base de análise nessa perspectiva.

¹² Cf. verbete *Questão Agrária* do Dicionário da Educação do Campo, p. 639-44, escrito por João Pedro Stedile.

E para organização de nossas lutas e de nossa atuação no período atual, desde os objetivos e interesses sociais do polo do trabalho e nas várias esferas, é fundamental compreender que, embora estejamos no velho capitalismo de sempre, são novas as contradições postas pelo ciclo atual de crise estrutural de reprodução/expansão do capital. Mas também é nova e mais forte a forma de organização das classes dominantes e sua investida ideológica para que todos acreditem que “não há alternativas”. Estas “novidades” têm implicado muito mais insanidade e perversidade (a barbárie real cujo contraponto real desde o polo do trabalho é o socialismo) como marcas de um tipo de racionalidade supostamente necessária para sair da crise. Se de um lado as contradições explosivas são potenciais para transformações desde o polo do trabalho, de outro, se desta vez não forem superadas na direção de outras relações sociais, seu desenlace pode ser desastroso (dizendo o mínimo) para o futuro da humanidade, do planeta. Pensando desde a agricultura e desde a educação, os dois temas necessariamente interligados na EdoC, gerações inteiras estão em risco. E o risco se agrava pela situação político-organizativa frágil dos trabalhadores, exatamente uma das marcas da vitória ideológica do capital até aqui.

É a lógica geral (da contradição fundamental entre capital e trabalho) que precisa ser estudada e combatida; mas essa análise, para chegar ao conhecimento efetivo da realidade, precisa que se compreenda a especificidade do seu funcionamento em cada esfera; e especialmente quando se trata (e deve se tratar) de fazer proposições ou de construir alternativas de contraponto é necessário, sem perder as relações, fazer a análise e a construção específica em cada esfera: *o capitalismo não será destruído se não for “substituído”* (para usar os termos do poeta Baudelaire) e essa substituição/superação não será “em tese”, mas como luta e construção em cada uma de suas expressões concretas. O tamanho dessa tarefa histórica que é, afinal, de superação do modo de produção capitalista, nos dá os parâmetros estratégicos das lutas a travar pelas definições de “qualidade da educação”, como de “qualidade da agricultura”, que se referem a um confronto de matrizes produtivas tanto quanto formativas.

Questão da diversidade

A composição da EdoC, seja entre as diferentes organizações de trabalhadores, seja entre os demais sujeitos, e o desafio de manter o protagonismo e a identidade dos trabalhadores do campo remete ao desafio específico de como tratar a *questão da diversidade* com o rigor dialético que o momento histórico exige, assumindo como pressuposto a relação necessária entre particular e universal, específico e geral.

A diversidade é um bem da natureza e é própria das relações entre seres humanos. Já se disse que a diversidade (natureza e cultura) é civilizatória e a humanidade precisa se rebelar contra (pretensos) universalismos imperiais. As diferenças entre países, entre culturas, entre campo e cidade, entre organizações, gênero, etnias, não precisam ser motivos de exclusão e desigualdades, mas sim podem ser motivos de enriquecimento da convivência humana. O modelo de estandarização, de compressão à uniformidade, de padronização forçada, de ideologia única, de sistema eterno, é parte essencial do processo de opressão próprio do formato capitalista de sociedade e, portanto, do projeto ideológico ou da *pedagogia do capital*. Esse modelo precisa ser combatido e em todas as dimensões da vida humana. O conceito de *biodiversidade*, e principalmente o de *agrobiodiversidade*, emergem como demarcatórios de outra lógica de agricultura, que confronta a agricultura industrial-empresarial capitalista, apresentada como modelo único de agricultura moderna. E essa é uma questão que tem correspondência na dimensão da cultura, da educação, da saúde,..., enfim, das várias esferas.

A defesa da diversidade é patrimônio político e pedagógico da EdoC. É real, no entanto, que a afirmação da diversidade, na forma de sociedade que ainda temos, nos coloca em um fio de navalha que nos exige especial discernimento teórico e político: respeitar a diversidade não é o mesmo que fechar-se no gueto do “diverso” que não nos fará avançar nos objetivos de transformação da realidade social. O debate da agricultura, que se relaciona à produção de alimentos, precisa envolver a todos, do campo e da cidade, ou não conseguiremos alterar o modelo de agricultura. Da mesma forma, na esfera da política pública de educação, a dívida histórica que a sociedade brasileira tem com os trabalhadores do campo em relação ao seu acesso à educação, como a outros direitos sociais, ainda não foi paga e este é um debate do conjunto da sociedade.

Na base da EdoC não está o “elogio às diferenças”, como se elas fossem um bem em si e pudessem ser pensadas fora das relações sociais, fora da história, e necessariamente como confrontadoras da ordem dominante. O chamado “respeito às diferenças” pode ser funcional ao sistema, como uma espécie de amenização contraditória à lógica da padronização e vinculada ideologicamente ao individualismo ou ao corporativismo, como se não houvesse necessidade de encontrar pontos comuns entre os diferentes a não ser os implícitos de subordinação à ordem social dominante. E no momento atual, a diversidade também pode ser abordada de maneira cínica, a exemplo do documento do programa “Pátria Educadora” do governo federal no qual a proposição de “organizar a diversidade”, subentende “colocar cada um no seu lugar”, justificando, uma vez mais na história brasileira, um sistema dual e desigual (Freitas, 2015¹³).

Buscamos a universalidade histórica de uma forma social que tenha o respeito à diversidade como pressuposto vinculado ao da igualdade substantiva entre todos os seres humanos. Para isso, a luta da classe que pode construir esse futuro que buscamos, precisa ser *unitária*. Inclusive a luta contra a padronização. E a educação e a escola precisam ser unitárias para poderem trabalhar com a diversidade, desde estes parâmetros que estamos aqui discutindo. As lutas da EdoC se inserem no desafio histórico da classe trabalhadora de construção da *escola unitária*, que respeite as particularidades tanto do campo como da cidade. E hoje, não temos como avançar ou radicalizar (ir à raiz) essa luta comum, sem enfrentar a avalanche capitalista neoliberal sobre a política educacional brasileira, toda ela.

A questão da diversidade na EdoC nos remete também à questão da pluralidade de referenciais teóricos e políticos entre aqueles que hoje se colocam como parte ou falam em seu nome, e os reiterados debates que estão sendo feitos, especialmente no âmbito das universidades, sobre os riscos que isso pode trazer ao futuro político da EdoC. Entendemos que este debate é muito importante, mas é necessário vinculá-lo, uma vez mais, à constituição originária da EdoC.

À medida que a EdoC junta, articula, grupos particulares diferentes, sujeitos individuais e coletivos com diferentes origens e percursos de práticas e de elaboração teórica, é “natural” que os referenciais não sejam exatamente os mesmos e que haja tensões no plano programático. A EdoC não nasceu como um “programa doutrinário” ou um ideário cujo credo é condição prévia de participação. Seu objetivo principal foi/deve continuar sendo o de organizar as diferentes lutas e práticas que se colocam a favor dos camponeses, do conjunto dos trabalhadores do campo.

¹³ Estamos nos referindo ao documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”, de abril 2015, e à análise feita por Luiz Carlos de Freitas desse documento, nessa afirmação em *post* de seu blog no dia 27/04/2015. O documento da SAE é exemplar na explicitação despuorida de como pensar uma política educacional para os trabalhadores com a cabeça do capital. Voltaremos a isso neste texto.

No entanto, é certo que lutas e ações em comum, e as discussões e disputas que envolvem em seu percurso, produzem/devem buscar produzir um referencial teórico comum, especialmente no que se refere ao método de análise da realidade sobre a qual se atua e às concepções de fundo sobre projeto societário, projeto de campo/de agricultura e projeto educativo. Isto não quer dizer dogmatizar um programa para todos os grupos ou todas as práticas envolvidas, nem entender que essa unidade teórica passe a ser uma exigência prévia a ações conjuntas. Sendo o diálogo uma de nossas marcas, essa unidade será sempre um desafio de construção da caminhada comum. Mas os parâmetros do nosso diálogo se relacionam às circunstâncias do momento atual, e que são de acirramento do antagonismo de classes, em função da crise estrutural de expansão do capital. O momento nos exige firmeza de posições políticas, exatamente uma condição para organização das lutas sociais comuns. Voltaremos a esta discussão no tópico final deste texto.

Objeto da Educação do Campo: luta e construção

Como fenômeno *concreto* da realidade brasileira atual, a EdoC se refere a duas questões fortes e de natureza diferente, mas relacionadas. Entender a distinção e as relações entre elas ajuda a melhor identificar a dialética dos desafios que temos pela frente.

Uma questão específica à realidade brasileira é a de que há no Brasil uma desigualdade substantiva, histórica, no atendimento aos direitos humanos e sociais da população trabalhadora do campo (camponeses, assalariados rurais, povos tradicionais, quilombolas e indígenas,...) e, particularmente, no acesso à educação pública (escolarização básica, técnica, superior), em relação ao conjunto da população. Temos, portanto, como Nação uma dívida histórica, e ainda não resolvida, com os trabalhadores do campo em relação ao seu acesso à educação e especialmente à educação escolar. E o tratamento a esta questão, como luta política e na esfera da política pública precisa seguir o antigo princípio: para restabelecer uma igualdade roubada, são necessárias medidas desiguais, tratamento diferenciado, ou, na expressão de Marx, “direitos desiguais”¹⁴. É dessa questão que tem se ocupado a EdoC.

Esta questão específica acabou levando a outra questão, mais geral, de interesse da humanidade, uma ferida aberta pelo capitalismo e que possivelmente só seja fechada em outro modo de produção: ao mexer com a desigualdade de direitos, encontrou-se um antagonismo entre cidade e campo, próprio a esse modo de produção, e que está na base dessa desigualdade. Desde a EdoC, esta contradição precisa ser resolvida sem a vitória (dissolução da especificidade) de nenhum dos polos. Mas na lógica do capitalismo trata-se de eliminar a especificidade do campo. No momento atual esta questão se expressa no confronto de lógicas de agricultura: entre buscar diluir a especificidade da produção agrícola, pela sua subordinação absoluta à indústria fabril capitalista, visando a expansão do capital, ou desenvolver a agricultura respeitando a relação ser humano e natureza própria a essa indústria específica, visando fundamentalmente o desenvolvimento pleno da vida humana e caracterizando a diversidade dos processos produtivos e culturais que dele decorre¹⁵.

¹⁴ Em sua formulação na “Crítica do Programa de Gotta” em uma discussão sobre os direitos dos trabalhadores (São Paulo: Boitempo, 2012, p. 31): “... A fim de evitar todas (...) distorções, o direito teria de ser não igual, mas antes desigual.”

¹⁵ Já Marx chamava a atenção em seu tempo que esse antagonismo compõe no capitalismo uma contradição fundamental na lógica de produção que rompe a relação metabólica necessária entre ser humano e natureza que o capitalismo não tem condições de resolver sem se autodestruir. Essa é, pois, uma questão, uma luta que vai bem além do campo e bem além da educação.

A primeira questão nos puxa para a especificidade. A segunda nos remete ao geral, mas em ambas visando o universal sem desconsiderar o específico.

A questão específica da dívida histórica com os trabalhadores do campo em relação ao seu acesso à educação, e especialmente à educação escolar, nos remete a uma questão *nacional*: entender as razões históricas de porque a formação econômico-social brasileira pode prescindir da universalização do acesso à educação básica (direito republicano, capitalista), e particularmente, porque pode prescindir, de forma mais drasticamente desigual, da escolarização básica dos trabalhadores do campo.

Já a questão mais geral do confronto de lógicas, nos leva/deve levar a uma perspectiva (de luta e construção) necessariamente *internacionalista*: o confronto de lógicas de agricultura, e mesmo as tendências, exacerbadamente mercantilistas, da política educacional brasileira, não são fenômenos brasileiros nem se resolverão no seu estrito âmbito. Mas nas duas dimensões há uma “universalização perversa”¹⁶ que precisa ser superada com luta coletivamente organizada.

Entendemos que é necessário compreender com rigor o conteúdo e as relações entre essas duas grandes questões para poder hoje constituir/reconstituir o *objeto concreto* da EdoC.

As opções econômico-sociais do Brasil, seu “modelo de desenvolvimento” não exigiram ao longo da história um empenho político efetivo para universalização (real) do acesso à educação básica e uma ampliação mais significativa do acesso ao ensino técnico e à educação superior. Se houvesse essa exigência certamente os dados da escolarização no campo seriam diferentes. Mas, também é fato, que nessas opções historicamente feitas dentro de um modelo de desenvolvimento capitalista, o lugar do campo e a forma de produção agrícola que o integram, explicam, por sua vez, porque ainda não foi necessário universalizar sequer o acesso à educação básica para o conjunto da população brasileira. A tradição (econômica, política e cultural) escravocrata, latifundista e agroexportadora do nosso país não precisa dela. É a mesma tradição que coloca o Brasil entre os países com os maiores índices de desigualdade social e de concentração da propriedade da terra do mundo. Índices cujas políticas mais recentes de combate à pobreza muito pouco alteraram. Alteram-se dados de garantia de alguns direitos sociais, mas não a desigualdade incrustada na estrutura da sociedade.

Os 17 anos de EdoC, somados a todo percurso anterior de lutas pelo direito à educação dos trabalhadores do campo, e sempre considerando a forma de sociedade capitalista em que estas lutas acontecem, nos permitem afirmar que: 1º) a pressão social/coletiva por medidas e políticas específicas (mesmo por programas pontuais) no âmbito da educação, da política educacional, pode sim fazer diferença na ampliação das possibilidades de acesso à escola pública de qualidade; 2º) já uma mudança mais substantiva na desigualdade requer medidas estruturais que implicam pelo menos inflexões nas opções de modelo produtivo: menos apoio ao agronegócio e mais incentivo à construção de outras formas de produção agrícola; assim como precisam de inflexões na lógica da política educacional: menos subserviência aos ditames do “mercado” ou da formação do “exército industrial de reserva”, e mais respeito ao princípio (republicano) da educação como um direito humano universal¹⁷.

E a relação entre o primeiro e o segundo movimento depende de um processo educativo mais amplo (bem além da escolarização rasa e precariamente concebida) dos trabalhadores para que a ampliação

¹⁶ Expressão de MÉSZÁROS, *op. cit.*, p. 43.

¹⁷ Tendo presente que a superação efetiva das desigualdades e a instauração de uma igualdade social substantiva supõem a construção de uma nova ordem social.

das oportunidades de acesso (vivenciada objetivamente pelas pessoas) se construa como consciência política coletiva de direitos, da noção do público, das contradições sociais em que essas lutas específicas se inserem, e não apenas como conquista pessoal de um “bem de consumo”, que é como está sendo tratado este acesso pela própria população trabalhadora brasileira hoje.

Isso quer dizer que a realização da tarefa originária imediata da EdoC, vinculada à superação das desigualdades educacionais entre campo e cidade, nas relações de determinação que as constituem historicamente, requer trabalhar sobre dois confrontos que ao mesmo tempo expressam e ajudam a produzir a contradição fundamental entre capital e trabalho na dinâmica da sociedade atual. Estamos nos referindo ao confronto (antagônico) entre *agronegócio e agricultura camponesa*, e entre *políticas neoliberais-empresariais de educação e exigências formativas dos trabalhadores*, e o direito de todo povo, a uma educação ampla, integral e permanente.

O conteúdo destes confrontos vai muito além da esfera da educação e do direito à escola, mas os inclui e incide sobre eles. E as relações entre estes enfrentamentos na realidade concreta precisam ser estudadas e cada vez mais discutidas pelos trabalhadores, do campo e da cidade. Em nosso entender, *essas relações constituem/reconstituem o objeto concreto de trabalho da EdoC*.

A EdoC e o confronto entre agronegócio e agricultura camponesa

O que está em confronto é a lógica de desenvolvimento da agricultura em seus objetivos e em seus pilares/conceitos fundamentais. Para o agronegócio o objetivo é o “negócio”: produzir mais-valia através da agricultura. E os conceitos que sustentam este modo (capitalista) de fazer agricultura, são basicamente os seguintes: *concentração da propriedade da terra* (que acompanha a concentração e centralização de capitais no mundo); *propriedade privada dos recursos naturais* (lembramos, por exemplo, que o agronegócio é também “hidronegócio”) *monoculturas, insumos sintéticos, uso de agrotóxicos, padronização alimentar, dependência da política de créditos, trabalho assalariado* (no caso do agronegócio brasileiro, trabalho superexplorado), *superexploração da natureza*.

O agronegócio combina trabalho assalariado com busca de atrelamento de todos os agricultores, inclusive os pequenos, agricultores familiares, a esta lógica de dependência do mercado de insumos sintéticos industriais. Sua lógica de produção leva à redução do “mercado de trabalho assalariado rural”¹⁸, mantém os dados da baixa escolaridade¹⁹, assim como a baixa remuneração do trabalho dos assalariados; simplifica o trabalho e reduz as exigências de qualificação para a maioria dos trabalhadores, além de levá-los a problemas de saúde ainda mais graves do que na cidade pela exposição aos agrotóxicos e pelas condições precárias; leva à expulsão dos camponeses de suas terras e à destruição de comunidades rurais inteiras, com a concentração da propriedade fundiária pelas próprias empresas do agro, cujos donos não moram no campo; leva assim ao fechamento cada vez mais acelerado de escolas no campo.

A agricultura camponesa, que faz o contraponto ao agronegócio, também busca desenvolver as forças produtivas da agricultura, mas em outra lógica, que implica restabelecer a relação metabólica ser humano e natureza e que reconhece como *principal função da agricultura a de produzir alimentos*,

¹⁸ Segundo dados do DIEESE, o mercado de trabalho rural tem apresentado contínua e forte redução e em todas as ocupações. No período de 2004 a 2013 (antes de 2004 a PNAD/IBGE não era realizada em toda a área rural do Brasil), passou de 4,9 milhões para 4,0 milhões de trabalhadores (-18,2% em menos de dez anos).

¹⁹ Segundo dados recentes do DIEESE, 39,3% dos trabalhadores assalariados rurais não têm nenhum ou têm, no máximo, três anos de escolarização, o que soma 1,6 milhão de assalariados em situação de analfabetismo ou com baixíssima escolaridade. E são 2,1% entre os empregados com carteira assinada e 0,9% daqueles sem carteira assinada, que chegam a 15 anos de estudo. E segundo o INEP foram fechadas nos últimos dez anos 32 mil escolas públicas no meio rural. Pelo censo escolar de 2014, foram 4084 escolas do campo fechadas ao longo deste ano.

saudáveis e ambientalmente sustentáveis, para o conjunto da população e dinamizando o território onde são produzidos. Outras funções somente devem ser desenvolvidas depois da função principal ter sido realizada. E alimentos não devem ser tratados como mercadorias, mas como direito humano fundamental, de todas as pessoas em todo o mundo e a qualquer tempo. São conceitos/pilares fundamentais dessa lógica: *soberania alimentar, diversificação de culturas agrícolas, despadrãoização alimentar, agrobiodiversidade* (conceito chave da matriz tecnológica)²⁰, *reforma agrária* ou *democratização do acesso à terra e ao conjunto dos recursos naturais, agroecologia, cooperação* ou *trabalho camponês, familiar e associado, agroindústrias geridas pelos trabalhadores associados.*

Esta lógica complexifica e eleva o patamar das exigências formativas aos trabalhadores, exigências que não se resolvem na escola, mas não podem prescindir da ampliação e da qualidade da escolarização dos camponeses, a começar pela universalização (real) da educação básica. O confronto de lógicas produtivas traz junto um confronto de matrizes formativas que incide tanto nas necessidades de acesso à escola quanto na concepção de “qualidade” da educação.

É bem importante frisar que a novidade deste momento histórico, não é o agronegócio (embora a ressignificação teórica e política do conceito o seja), mas sim a explicitação material do confronto (este é nosso objeto de trabalho educativo). A contradição entre capital e trabalho é geral ao capitalismo e o capital incide na agricultura desde o seu início (isso integra sua constituição), embora em diferentes movimentos e intensidade em cada período, em cada novo ciclo de reprodução do capital. A novidade, que foi captada por primeiro pelos movimentos sociais camponeses é que a dinâmica dessa realidade, e pela própria reconfiguração das classes envolvidas na questão agrária hoje, ao acelerar o avanço da lógica capitalista de agricultura nesse ciclo de crise estrutural do capitalismo, acirra e revela mais nitidamente as contradições dessa lógica e explicita, na resistência aos efeitos dela, que existe um confronto de lógicas, ou seja, que a forma capitalista de agricultura não é (nem pode ser) toda a agricultura e não será a forma dominante (do ponto de vista produtivo, tecnológico, de relações sociais) quando superado o capitalismo. Existe uma alternativa em construção e ela acontece de forma “exterior”, mas em confronto, à lógica de reprodução do capital²¹.

A EdoC nasceu/segue vinculada às contradições do processo de desenvolvimento do campo em uma formação econômico-social onde o modo de produção capitalista é o dominante e o modo capitalista de pensar é hegemônico, em todas as atividades humanas, das econômicas às culturais e políticas. Ela é fruto, de um lado, dos efeitos sociais (“desigualdade substantiva”) do avanço do modelo capitalista de agricultura e da hegemonia ideológica do agronegócio na sociedade brasileira. De outro lado, a EdoC também é fruto da existência contraditória de outra lógica, outro modelo, identificado hoje como “agricultura camponesa”, que já foi visto como “residual” apenas, mas que cada vez mais é analisado como uma alternativa a ser desenvolvida para o futuro da agricultura, em uma nova forma dominante de relações sociais de produção. Análise que tem a ver com o desenvolvimento prático do

²⁰ Importante ler o verbete *Agrobiodiversidade*, escrito por Luiz Carlos Pinheiro Machado, Dicionário da Educação do Campo, p. 46-51. O autor nos chama atenção de que a *diversidade* é um componente essencial de todos os sistemas vivos para alcançarem a sua estabilidade instável. E da instabilidade dinâmica cria-se a estabilidade. É nesse movimento dialético que se apoia a sustentabilidade. Não existe sustentabilidade na natureza sem biodiversidade (p. 49). Discussão correspondente pode ser encontrada também no verbete *Agroecossistemas*, escrito por Denis Monteiro, p. 65-71.

²¹ Desenvolvo um pouco mais a compreensão desse confronto entre lógicas de agricultura e entre as matrizes formativas que lhes correspondem nos textos: “Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular”. In: CALDART, R.S, STEDILE, M. e DAROS, D.(org). *Caminhos para transformação da escola 2*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 177-219. E “Reforma Agrária Popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma da produção científica”. In: CALDART, R. S. e ALENTEJANO, P. (org.) *MST, Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 137-169.

modelo da agricultura empresarial-capitalista e seus efeitos estruturais sobre o trabalho humano, sobre a vida humana e a natureza. E cuja construção coloca necessidades educativas qualitativamente diferentes daquelas do projeto do capital para a agricultura. Em outras palavras, se o modelo do agronegócio fosse o único (na realidade e não no discurso ideológico) não haveria EdoC. Ela é fruto do confronto de modelos, de projetos de campo.

Mas a EdoC precisa trabalhar para que mais gente entenda como funcionam e como se confrontam estes modelos de campo, estas lógicas de agricultura e, principalmente, as contradições que envolvem, e ajudar a formar os trabalhadores camponeses para que potencializem ou desenvolvam ao máximo a lógica de agricultura e o modo de vida de que são historicamente sujeitos, resistindo à expropriação de que são vítimas. Do contrário, o risco é de que as contradições eclodirão em formas cada vez mais destrutivas do ser humano e da natureza, e não fará sentido pensar em EdoC. O cenário de domínio pleno (econômico, político e ideológico) do agronegócio tira o sentido de existência da EdoC, a não ser como ironia de novo batismo para as exigências de uma educação rural modernizada, que se coloca contra os trabalhadores e contra a realização da especificidade da educação como um direito humano universal e em uma perspectiva emancipatória. E este é um dos embates fundamentais também no plano da disputa por políticas públicas ou por recursos públicos a serviço das necessidades sociais dos trabalhadores.

O enfrentamento ao agronegócio que a EdoC pode ajudar a fazer inclui, pois, dois esforços articulados, mas específicos. Um deles é o de contribuir para aprofundar e socializar mais amplamente uma análise sobre o avanço do capitalismo no campo ou do modo de produção capitalista na agricultura feita desde o polo do trabalho ou da ótica dos trabalhadores: suas contradições fundamentais, a situação em cada região específica, as implicações sociais e humanas, incluindo as questões de saúde e ambiente. É preciso entender a *economia política* do confronto.

O outro esforço é de participar desde a educação da construção já em curso deste novo paradigma (nova lógica, novo modelo) de produção agrícola. Inclui lutas contra amarras neoliberais e mercantilizantes que prendem os esforços de pesquisa, de extensão, de educação profissional, de assistência técnica à direção exclusiva de aperfeiçoamento da agricultura de lógica capitalista, dificultando ao máximo o acesso a recursos públicos que possam apoiar a construção de alternativas.

A EdoC e o confronto entre política educacional atual e exigências formativas dos trabalhadores

Aqui também o confronto é de objetivos e de lógica, e fica mais explícito hoje pela entrada direta dos empresários no debate sobre as reformas “necessárias” na educação pública. A contradição de objetivos, que não costumam ser apresentados, assim como na agricultura, é basicamente a seguinte: do lado do capital, o objetivo é organizar acesso, conteúdo e forma da educação pública (a privada pode ter um pouco mais de liberdade) para atender as necessidades (oscilantes) da preparação dos trabalhadores (“mão-de-obra”), de modo a adquirirem competências (cognitivas e comportamentais ou agora “socioemocionais”) adequadas a cada momento, visando o aumento dos lucros das empresas, e compondo o velho conhecido “exército industrial de reserva”. Do lado do trabalho, ou das pessoas, *em contraponto*, o objetivo é organizar a política de educação visando atender o direito humano, portanto, de todos, a uma formação que ajude seu desenvolvimento mais pleno, formação que seja ampla e diversificada, e que trabalhe todas as dimensões da vida.

Este confronto de objetivos não é novo (tem a idade do capitalismo), mas é novo o ciclo e as exigências do capital em relação à educação, buscando que sua lógica seja absoluta (a meta parece ser agora não apenas ser dominante, mas eliminar o contraditório) e para isso aperfeiçoando e

formulando conceitos que incidam diretamente no cotidiano da escola, e excluam qualquer espaço de construção alternativa que vise o fortalecimento do polo do trabalho.

A lógica dos chamados “reformadores empresariais da educação” da atualidade (que é cada vez mais internacionalizada), tem os seguintes pilares: *avaliações externas em escala*, que passam a incidir sobre objetivos e avaliações de cada escola; *padronização* (que é estreitamento) *curricular* a partir das exigências dos testes (é o que hoje se busca fazer estabelecendo uma “base nacional comum”); *meritocracia*, incluindo remuneração dos professores vinculada aos resultados dos testes dos estudantes; *flexibilização* (precarização) *do trabalho dos profissionais da educação* (para que possam ser demitidos mais facilmente caso saiam do padrão exigido); *gestão empresarial das escolas*, de preferência feita pelas próprias empresas, através de parcerias público-privadas, o que é uma forma de *privatização da educação pública*. A articulação destes conceitos e os mecanismos estabelecidos para sua operacionalidade exacerbam o controle ideológico sobre toda a estrutura educacional (Freitas, 2014; Leher, 2014²²).

Aqui a novidade, perversa, é dupla: 1ª) o fortalecimento da organização das classes dominantes e seus intelectuais orgânicos em torno da questão da educação, conformando essa nova coalizão (internacional) que passa a ser identificada como “reformadores empresariais”²³ e atua por dentro do Estado, que se assume ostensivamente como “educador do povo”²⁴; 2ª) o objetivo ambicioso assumido pelas reformas (talvez na proporção da gravidade da crise estrutural de reprodução do capital no mundo): os empresários ao mesmo tempo abrem uma “nova frente de negócios” (testes, apostilas, consultorias, gestão de escolas,...), e com recursos públicos (!), incidem diretamente no conteúdo e na forma de preparação da “mão de obra” (seja para o trabalho assalariado típico ou já para suas variações “empreendedoras”) e colocam em ação uma ofensiva de trabalho ideológico sobre as novas gerações, talvez sem precedentes na história do capitalismo: seu lema poderia ser sintetizado como “mais capitalismo ou barbárie” porque “não há alternativas!”

Mas não é assim. Na educação, como na agricultura, sim, há alternativas, e o confronto continua, especialmente quando a “classe trabalhadora toma a tarefa educacional em suas mãos” (Leher, *op. cit.*, p. 77). Por isso mesmo essa tentativa ostensiva de “organizar a diversidade” para que o capital não perca seu controle. Na lógica das múltiplas experiências dos trabalhadores, e suas reflexões teóricas (mais radicais ou menos), está a noção de educação como um direito humano e em algumas como tarefa de formação de lutadores e construtores de uma nova ordem social (estas as que mais assustam e geram a ofensiva dos reformadores empresariais). São conceitos fundamentais nessa

²² FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out-dez, 2014. E LEHER, Roberto. Organização, estratégia política e Plano Nacional de Educação. *Boletim da Educação n. 12*. São Paulo: MST, dez 2014, p. 71-90. Nestes textos um aprofundamento necessário de análise, que aqui não faremos, sobre as reformas empresariais da educação, suas determinações históricas e suas implicações.

²³ No texto de FREITAS, (*op. cit.*, nota 3, p. 1109) encontramos o conceito de “reformadores empresariais da educação”, termo criado nos EUA, que é importante ter presente aqui, inclusive para pensar a similitude com a composição do “agronegócio”: “reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o mercado e o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para ‘consertar’ a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais”. – No Brasil, essa coalizão é conhecida como “Movimento todos pela educação” (cf. Leher, *op. cit.*).

²⁴ Usamos esta expressão pensando na formulação de Marx na “Crítica do Programa de Gotha” escrito em 1875 (São Paulo: Boitempo, 2012, p. 46). Na análise de Leher deste texto (*op. cit.*, p. 78), para Marx, “conceber o Estado como educador é o mesmo que atribuir aos setores dominantes a educação dos trabalhadores. Marx trabalha aqui uma tensão fundamental: a escola deve ser pública, mantida às expensas do Estado, mas a educação deve ser confiada aos educadores e aos conselhos populares, como ocorrera na Comuna de Paris (certamente, a experiência que influenciou o texto de Marx), assegurando a autonomia dos educadores frente ao Estado particularista”. – Quanta atualidade!

lógica: escola unitária; igualdade e diversidade, dialeticamente combinadas; educação integral de perspectiva omnilateral e universalista; conhecimento das bases das ciências e das artes; práxis; trabalho coletivo; auto-organização de estudantes e de educadores; vínculo da escola com seu entorno social; educação politécnica; avaliação participativa; defesa da educação pública.

A EdoC tem um vínculo de origem com a tradição de uma educação emancipatória e construída desde os interesses sociais do polo do trabalho. Por isso mesmo assume o enfrentamento aos rumos atuais (decisões e tendências) da política educacional brasileira.

Do ponto de vista da própria tarefa específica da EdoC, estes rumos passam a ser um novo obstáculo para que se avance na superação das desigualdades de acesso à escolarização, entre os diferentes estratos da classe trabalhadora. Vincular o acesso e a definição de parâmetros de qualidade da educação diretamente às exigências do “mercado do trabalho assalariado”, e buscando eliminar as possibilidades de explicitação das contradições entre as exigências do polo do trabalho e do capital, pela entrega dessa definição e a própria gestão do sistema diretamente às empresas, e em um país com as características do nosso, é simplesmente abandonar o objetivo primeiro da universalização do acesso à educação, cuja base sempre foi o princípio da educação como direito humano e as necessidades de desenvolvimento do ser humano. Na especificidade do campo é esta lógica que leva a se considerar um programa como o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), por exemplo, como o máximo de formação a que um trabalhador do campo (que saiba se colocar no seu lugar!) pode aspirar.

É a mesma lógica que tem facilitado a entrada descarada das empresas do agronegócio nas escolas, para garantir “qualidade” às escolas do campo enquanto ainda não são fechadas, o que na prática quer dizer promover uma ofensiva ideológica, a favor da lógica da agricultura empresarial capitalista, tanto mais forte quanto mais as contradições aparecem (mesma lógica, modernizada, da educação rural no período da chamada “revolução verde”, que continua sob outros termos, agora com objetivos mais audaciosos e inovações tecnológicas ainda mais destrutivas). A política educacional atual torna muito mais difícil fazer o enfrentamento à pedagogia do capital em nossas práticas educativas porque tira a autonomia das escolas e legitima a atuação das empresas no sistema educacional, ao mesmo tempo em que precariza o sistema público.

Mas confrontar a política educacional em geral não significa secundarizar a luta específica da EdoC, embora não baste (nunca bastou!) ficar nela. A dialética a ser compreendida é a seguinte: sem combater o rumo neoliberal da política educacional brasileira (que não é só do nosso país, e aqui assume o caráter dependente) não há mais como avançar nas conquistas específicas da EdoC. Tivemos no último período conquistas significativas, mas agora, mantida a tendência dominante da lógica, “batemos no teto”, no sentido de avançar no acesso e podemos retroceder muito do ponto de vista da qualidade social pela ofensiva da educação rural como educação corporativa e pela eliminação de experiências alternativas que fiquem fora do padrão estabelecido pela gestão empresarial do sistema. Por outro lado, continuar esta luta específica, pressionando o sistema com as demandas dos trabalhadores superexplorados e os que tendem a uma maior marginalização da política pública, ajuda no combate geral à medida que mostra mais escancaradamente as contradições da lógica e os efeitos das opções que estão sendo feitas pelos governos atuais.

Ainda no plano da análise, nos parece muito importante entender a correspondência de lógicas (ou do confronto de lógicas), que está hoje na agricultura, como está na cultura e como se tenta (isso é mais

recente, inovação do capitalismo em crise) implementar na educação, porque esta compreensão nos ajuda na conexão de lutas e esforços coletivos ²⁵.

A lógica da chamada “modernização capitalista da agricultura” foi desencadeada pelo acionamento da indústria fabril para desenvolver e aumentar a produção agrícola, pela mediação do vínculo direto entre ciência e produção (próprio da produção capitalista como um todo). O que se analisa hoje é que a expansão do desenvolvimento capitalista da agricultura, que ocorre justamente na fase regressivo-destrutiva do capital, acelera ou exacerba sua lógica produtiva, deixando cada vez menos espaço a outras lógicas, mesmo que subordinadas, e isso agrava a escala das consequências do modelo. Por isso já está ficando mais explícita sua irracionalidade, especialmente pela inversão que agora bloqueia o próprio desenvolvimento da ciência: não se trata de acionar a indústria fabril para o avanço da produção agrícola, mas, predominantemente, de colocar a agricultura a serviço do aumento de lucros das fábricas de insumos, de agrotóxicos, de grandes maquinários, de sementes geneticamente modificadas, pondo em risco grave a saúde humana e a reprodução da biodiversidade, condição de reprodução da natureza, da vida em todas as espécies.

O modelo tecnológico consiste em buscar ostensivamente “inovações” que permitam aos donos das terras a diminuição dos riscos de seu “negócio” e isso quer dizer “livrar-se” dos condicionantes naturais (inevitáveis) da produção agrícola, como fertilidade de solo, condições climáticas, produção de sementes, etc., de modo que ela aconteça com o mesmo padrão e lógica da indústria fabril, de automóveis, de roupas, etc. Do ponto de vista de longo prazo essa lógica, que parecia inevitável para aumentar a produção e alimentar a maioria da população vivendo nas cidades, produziu (e agora chega a limites quase insuportáveis) a chamada “falha irreparável” na interação metabólica entre ser humano e a terra, a natureza, o que já foi indicado por Marx, em seus estudos preliminares sobre agricultura e questão agrária, ainda no século XIX! Só piorou, desde a lógica dominante. Mas, como vimos, já há alternativas importantes em construção.

Como desenvolvemos em outros textos, e citando Bartra (2011)²⁶, do ponto de vista de lógica de produção, uma das maiores tensões do grande capital é em relação à contradição entre a uniformização tecnológica, econômica e social que demanda a ordem de mercado absoluto e a inevitável diversidade biológica, produtiva e social, consubstancial à natureza e ao ser humano. Esse é o grande confronto de lógicas de agricultura da atualidade: entre seguir com a lógica que já se mostra estruturalmente destrutiva e avançar em outro caminho, que já existe, mas que é impedido de se desenvolver na escala que possa efetivamente “substituir” a outra lógica e que se refere a desenvolver as forças produtivas da agricultura respeitando a interação metabólica entre ser humano e natureza, que é a base da construção da matriz tecnológica da agroecologia.

Essa lógica tem correspondência na característica da “indústria cultural capitalista” que tem como eixo orientador o princípio de estandarização. Trata-se de uma dimensão essencial do processo de opressão próprio do formato capitalista de sociedade para o qual nem sempre damos a atenção devida. Para termos bem presente a relação apenas em um exemplo, o modelo de agricultura do

²⁵ Em seu blog, (www.avaliacaoeducacional.com.br) o prof. Luiz Carlos de Freitas, da Unicamp, mencionou em um *post* recente (4/06/15) sua preocupação com o que chamou de tentativas de “industrializar a profissão de professor”, que passa pela própria criação de fórmulas matemáticas e estatísticas para medir seu desempenho, na relação com medidas igualmente formalizadas de desempenho dos estudantes, etc. e como isso desloca o que deve ser o objetivo principal da atuação do professor, relacionado ao desenvolvimento humano mais pleno de seus educandos. Esta pode ser uma chave de compreensão importante para a EdoC: a relação entre a industrialização fabril capitalista da agricultura e da educação.

²⁶ BARTRA, Armando. *Os novos camponeses*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011, P. 97.

agronegócio precisa do trabalho ideológico-cultural que leve à padronização alimentar ou, como alguns já chamam, à “monotonia alimentar”²⁷ como ideal de consumo e, mais perverso ainda, inclusive daqueles que produzem alimentos diversificados, os camponeses. – Na mesma lógica geral do capitalismo que precisa do “cultivo canceroso do consumismo” (Mészáros, *op. cit.*, p. 47) para garantir a expansão do capital.

Não é difícil associar a essa lógica os conceitos e princípios fundamentais das reformas empresariais que estão sendo preconizadas para “salvação do ensino público”, especialmente quando elas aparecem de um jeito tão “honesto” como no documento recente da SAE sobre a (pobre) “Pátria Educadora”. Trata-se do Estado assumindo a lógica pura da expansão/reprodução do capital para a educação e já novamente invertendo sua possível missão “civilizatória” de ligação entre indústria e ciência: não se trata de buscar apoio na ciência e nos avanços tecnológicos para melhor realizar os objetivos da educação, mas de utilizar as “inovações” de modo a colocar a educação a serviço do aumento dos lucros das empresas dos testes, das apostilas, dos procedimentos de gestão padronizados e de definir o quantum e a forma de conhecimento a ser acessado aos trabalhadores através da escola, na medida matematicamente calculada para que o aumento da produtividade do trabalho se combine com rebaixamento de salários, etc.

E se antes o modelo de referência para a escola formar o perfil necessário ao trabalhador assalariado (de modo que “colabore” mais com o processo de extração da mais-valia) estava em instituições como a Igreja e o Exército, hoje o modelo posto é o da própria empresa: se é para elas que os estudantes devem ser preparados (seja para entrar ou apenas aspirar a entrar ou para que tenha “seu próprio negócio”), nada melhor que as escolas básicas passem a funcionar como uma empresa, uma fábrica. E como estamos falando de escolas públicas, que são majoritariamente frequentadas por filhos de trabalhadores, podem ser fábricas de modelo taylorista e fordista, a exemplo das agroindústrias do moderno agronegócio brasileiro!

A EdoC se move, precisa se mover, se compreender, nessas circunstâncias históricas, e precisa processá-las no âmbito da educação e da política pública, contribuindo na análise pela sua relação constitutiva das três esferas, ajudando o povo trabalhador a entender como os fenômenos se vinculam. É preciso que muito mais gente entenda que a lógica assumida pelo Estado em relação à produção agrícola é a mesma lógica assumida para exacerbar a mercantilização da educação; que o mesmo Estado com o qual disputamos políticas públicas de educação para os trabalhadores do campo é o que está garantindo volumosos recursos públicos para fortalecer o modelo agrícola do agronegócio, mesmo sabendo que esse modelo reduz drasticamente o número de trabalhadores no campo. Hoje há grandes empresas capitalistas transnacionais dominando “os negócios da agricultura”, em diferentes países, do mesmo modo que há grandes empresas disputando o mercado da educação “pública”. Em alguns casos, podem ser as mesmas empresas.

E na educação como na agricultura o que se defende ideologicamente, ostensivamente, é que “não há alternativas”: sem agronegócio haverá mais fome no mundo; sem as reformas empresariais na educação será a falência geral do ensino básico no país: ambos como a “salvação” da “Pátria Educadora”! Não fossem as contradições da realidade, da vida real, a vitória do polo do capital seria absoluta, como às vezes nos parece mesmo ser.

²⁷ Já existem pesquisas associando problemas de alergias a determinados alimentos, algo mais recorrente nos tempos atuais, com a chamada “monotonia alimentar”, ou seja, o consumo contínuo e intensivo de poucos alimentos, justamente pelas investidas mercantis de padronização (cultural) alimentar.

Desafios político-organizativos

Hoje, já com alguma retrovisão histórica do percurso da EdoC, e considerando estes confrontos fortes do período, precisamos trabalhar alguns desafios, *especialmente de ordem político-organizativa*, e que também são desafios *teóricos*, de concepção sobre por onde ou por qual caminho continuar nosso percurso para dar conta das tarefas que o momento atual nos coloca.

Como linha geral, nos parece necessário *assumir como concepção organizativa e política da EdoC a própria dialética de sua constituição originária*, atualizada pela análise dos movimentos da realidade atual e buscando maior intencionalidade na politização da luta específica. E realizar ações em comum ou desde cada sujeito coletivo que integra a EdoC, que expressem tomada de posição política nos confrontos principais, sem perder o foco e o objeto de sua especificidade. Destacamos para nosso debate coletivo alguns desafios que a nosso ver são prioritários:

(1º) *Reafirmar e fortalecer a EdoC como uma associação de trabalhadores para lutas comuns e cooperação entre práticas, aperfeiçoando, através de ações coletivas, sua forma organizativa nessa direção.* As lutas da EdoC não podem substituir as lutas de cada organização ou grupo e nem podem prescindir delas (perderiam seu significado ou sua base real). Da mesma forma que o esforço coletivo de intencionalizar a comunicação e a cooperação entre práticas educativas das diferentes organizações envolvidas na EdoC não visa superar a diversidade de práticas, mas sim fortalecer seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que inserir cada prática particular no horizonte mais geral da construção de um projeto educativo da classe trabalhadora.

É preciso superar, pois, a armadilha de considerar a EdoC como uma entidade ou mesmo uma organização ou um movimento social em si mesma, uma espécie de estágio superior a que deve chegar cada grupo particular que nela se associa e, pior ainda, confundi-la ou tentar convertê-la em um ideário (formal, abstrato) a que se pode simplesmente seguir (ou querer combater ou alterar), descolando-a do seu sentido material originário de associação de lutas e de práticas. Porque isso tira justamente a parte principal de sua novidade histórica, à medida que a desloca dos sujeitos coletivos das lutas concretas que a constituem como é.

A EdoC não tem como concentrar em si, nem deve fazê-lo, a diversidade de lutas e de práticas dos sujeitos que se associam sob esse nome. Radicalizando, talvez se possa afirmar que ninguém deveria ser identificado apenas como sendo “da EdoC”; assim como ninguém deve deixar de ser quilombola, indígena, pescador, atingido por barragens, mulher camponesa, agricultor familiar ou sem terra para “ser da EdoC”. Por sua vez, se for uma associação real de organizações ou grupos, a EdoC poderá sim levar à transformação de seus sujeitos, de modo que o conjunto possa dar passos qualitativos de superação no rumo dos objetivos sociais mais amplos como classe trabalhadora. Também é fato, que integra este mesmo movimento dialético, que práticas desenvolvidas desde os vínculos da EdoC, podem motivar trabalhadores sem participação anterior em organizações coletivas a constituírem outras organizações ou a se inserir nas atualmente existentes. Da mesma forma que se pode pensar na EdoC como uma possibilidade de articulação específica entre os trabalhadores da educação das escolas do campo, geralmente pouco contemplados em suas questões profissionais pelas organizações de sua categoria, e mesmo pelos movimentos sociais a que se vinculam. Assim como hoje se discutem iniciativas de articulação ou pelo menos de intercâmbio entre os estudantes dos diferentes cursos que se associam desde as lutas da EdoC. O parâmetro para estas novas possibilidades estaria no desafio enunciado. E avançar nessa direção organizativa supõe o óbvio que precisa sempre ser repetido, *autonomia em relação ao Estado* (estricto senso). E exige esforço coletivo de *educação política*, especialmente tendo em vista as relações com governos, necessárias na disputa de políticas

públicas, de recursos públicos, mas sempre “perigosas” para objetivos de transformação mais radical do “atual estado de coisas”. É necessário combater politicamente entre nós, tanto as posições reformistas como as doutrinário-imobilistas: ambas nos distanciam de nossos objetivos maiores.

(2º) Defender e garantir com intransigência o protagonismo efetivo das organizações de trabalhadores do campo na condução da EdoC. A radicalidade política que justifica a existência da EdoC na realidade brasileira se define pelos vínculos, de conteúdo e forma, com seus sujeitos originários. Quando esse protagonismo é retirado, sequestrado, e se continua falando em EdoC, só pode ser como farsa ou como ironia. Isto é o que vem acontecendo hoje na esfera da política pública, no discurso de representantes de empresas do agronegócio (nesse caso como perversidade ideológica pura!), mas também, em alguns casos, no âmbito de instituições de educação e pesquisa que trabalham com a EdoC.

Defender este protagonismo não significa secundarizar ou menosprezar a participação dos intelectuais ou de outros trabalhadores que não sejam vinculados diretamente ao campo. Ao contrário, é essa composição diversa que traz ainda mais potencialidades à EdoC, no sentido de afastá-la de lutas excessivamente corporativas ou particularistas, de ampliar os horizontes de interesse dos trabalhadores do campo e inserir suas lutas específicas na luta de classes mais ampla. Mas é fato, que é esse protagonismo das organizações camponesas o que pode garantir hoje a radicalidade política da EdoC, sem que perca sua especificidade, pelos vínculos com lutas essenciais da classe trabalhadora e com processos educativos enraizados nessas lutas que trabalham com necessidades formativas de mais longo prazo.

Este desafio inclui a necessidade de pensar adequações de forma organizativa e método formativo de atuação desde a EdoC com a diversidade dos trabalhadores do campo: camponeses, assalariados rurais, povos tradicionais. E na perspectiva de que as contradições da realidade atual se transformem em lutas que produzam consciência política sobre a necessidade de mudanças radicais na ordem social dominante. Precisamos mais trabalhadores construindo um projeto que seja de “voo longo” na direção de superação das relações sociais capitalistas.

(3º) Continuar e fortalecer, desde lutas e práticas coletivas, a construção de uma base teórica comum de análise da realidade, em vista da unidade política entre os diferentes sujeitos da EdoC. Unidade política quer dizer condução das lutas e das atividades para objetivos comuns e desde interesses sociais e políticos comuns. É preciso um esforço rigoroso e paciente para evitar que confusões teóricas nos levem a uma desorientação estratégica. E o esforço principal se refere a uma base comum de análise crítica da realidade (específica e geral) e do momento histórico presente. Para isso, os referenciais teórico-metodológicos desde os quais nos posicionamos como organizações coletivas devem ser explicitados, e não tomados como dados ou como dogmas, nem discutidos em si mesmos, no plano do confronto de ideias pelas ideias, ou da crítica pela crítica. Tudo que não precisamos neste momento é de debates teóricos que nos imobilizem (nossos inimigos de classe, de projeto, estão fortes demais para que arrisquemos avançar por inércia!) ou que nos façam recuar nos movimentos de transformação da realidade que é nosso objeto.

Já dissemos que a EdoC não é uma doutrina cujo aceite é condição de participação. Mas isso não quer dizer que se possa assumir uma posição eclética ou fazer concessões teóricas em relação à base metodológica de análise construída em seu percurso. Este referencial não se negocia porque ele é a sustentação da estratégia de luta e construção. Abrir mão dele pode levar a desvios do caminho. E os parâmetros de sua formulação foram/devem continuar sendo dados pelos sujeitos coletivos de sua

constituição originária: as organizações de trabalhadores camponeses, que se assumem como intelectuais orgânicos coletivos da classe trabalhadora.

A luta é também teórica. Está em questão uma compreensão da realidade e de como e em que direção deve ser transformada. Não tem como fazer lutas conseqüentes contra o agronegócio sem entender cientificamente qual a lógica produtiva a combater. Da mesma forma em relação aos fundamentos do que se está propondo como “reformas” ou “inovações” na questão da política de educação, é necessário identificar qual o confronto essencial. E é preciso ter presente que a disputa fundamental na EdoC hoje é entre manter o vínculo com os interesses sociais do polo do trabalho ou perverter-se à modernização do capital para a educação rural. E desde a primeira escolha fundamental, vincular-se a um projeto de transformação radical da sociedade, inserindo lutas e construções particulares na luta de classes.

E é desafio específico intencionalizar a socialização com o maior número possível de trabalhadores, e especialmente os do campo, essa análise e a chave teórico-metodológica que lhe corresponde, exatamente para que participem da construção desta unidade política. Evidentemente este é um movimento permeado por contradições e a construção acaba sendo objeto de disputa, internamente à EdoC, ou com aqueles que por algum motivo querem falar em nome dela, desde fora de suas lutas concretas e sem assumir seus vínculos originários.

(4º) *Organizar ações coletivas de combate ideológico ao agronegócio.* Primeiro há uma necessária tomada de posição, que ainda não pode ser considerada óbvia. Para nós não pode haver meio termo nem titubeios de posição: ou se está ao lado do capital ou ao lado do trabalho; ou se está do lado do agronegócio ou da agricultura camponesa. Seus projetos são inconciliáveis e as classes que os representam estão em luta. A EdoC nasceu desde o polo do trabalho, dos camponeses, de um projeto de campo que represente o futuro da humanidade: isso é inegociável! Não há reformas ou aperfeiçoamento a defender no modelo do agronegócio ou do capital para a agricultura: é o modelo, sua lógica, que precisa ser superada, “substituída”. Nisso precisamos ser radicais, ir à raiz, o que nada tem a ver com dogmatismo, fundamentalismo ou desrespeito à diversidade. E ir à raiz aqui quer dizer, fazer o enfrentamento ao agronegócio como parte dos esforços da classe trabalhadora (luta e construção) de *superação do modo de produção capitalista*.

Nossas ações de combate precisam ajudar a superar um mito, que foi ideologicamente construído e que ainda influencia o pensamento de muitos, inclusive de pessoas críticas às iniquidades do sistema capitalista. Mito de que o agronegócio, ao representar o “avanço das forças produtivas no campo”, a modernização da agricultura, seja um avanço em relação ao desenvolvimento da classe trabalhadora e seu acesso a direitos sociais, entre eles o avanço da escolarização, enquanto que a sobrevivência do trabalho de base camponesa representa o atraso, não exigindo qualificação e elevação da escolaridade dos trabalhadores. *A realidade nos mostra o contrário, mas a ofensiva ideológica tenta mascarar-la.* Temos muitos camaradas de luta que ainda não entenderam o confronto de lógicas de agricultura como parte da luta de classes hoje e porque combatemos o agronegócio. E isso fica ainda mais grave pela ofensiva do agronegócio nas escolas públicas para continuar com a hegemonia ideológica sobre as novas gerações, mesmo diante das contradições explosivas do modelo da agricultura empresarial capitalista. Precisamos enfrentar essa ofensiva porque ela mascara a lógica destrutiva desse modelo e subordina educadores e estudantes, com discursos aparentemente inovadores.

É muito importante denunciar que o avanço do agronegócio reduz drasticamente as possibilidades de superação da desigualdade entre campo e cidade no acesso à “escola pública de qualidade”. É o avanço do seu contraponto, ou seja, da chamada “agricultura camponesa do século XXI”, o que já

vem fazendo e poderá fazer muita diferença na superação da desigualdade e na construção de um projeto educativo que vise uma formação humana emancipatória. É, pois, do polo do trabalho e não do capital que vem hoje a pressão (material, objetiva) mais forte pela ampliação da escolarização dos camponeses.

Nosso esforço educativo inclui intencionalidades para que a sociedade, a começar pelas famílias das comunidades do campo, discuta e se posicione sobre algumas questões fundamentais ao futuro do ser humano: - que tipo de alimentos queremos consumir? - Como devem ser produzidos esses alimentos? - Como garantir que todas as pessoas (em qualquer lugar do mundo, em cada região, em cada local) tenham acesso aos alimentos de que precisam para viver com saúde? - Qual a principal finalidade da agricultura (produzir alimentos ou produzir commodities)? - Qual o uso que devemos dar à terra, à água, ao conjunto dos recursos naturais? O que deixaremos como herança para nossos filhos e netos? - Quem deve controlar a produção agrícola de um país?

As escolas do campo devem ser envolvidas nessas tarefas de combate e de construção. E os cursos de formação de educadores, como do conjunto dos profissionais que atuam no campo, não podem ficar alheios a estes embates e seus desafios formativos de longo prazo.

(5º) Associar-se às ações de denúncia e resistência ideológica às reformas empresariais da educação em curso no Brasil. Também aqui a posição ainda não pode ser tomada como óbvia entre nós. O que especialmente devemos ajudar a denunciar/enfrentar é a ingerência dos empresários na política educacional, que no caso brasileiro acontece pela atuação institucionalizada do chamado “Movimento Todos pela Educação” e suas implicações principais. As denúncias políticas principais que precisamos assumir coletivamente hoje se referem aos pilares fundamentais das reformas em andamento, antes identificadas. Denúncias que se combinem com lutas massivas pelo acesso universal à educação de qualidade social (parâmetro de necessidades humanas de aprendizagem), por medidas desiguais para corrigir desigualdades, pelo respeito à diversidade que se combina com igualdade substantiva, luta pela escola unitária,... Luta em defesa (intransigente!) da escola pública, efetivamente pública!

E luta que também é pelo direito de construção, pela prática e pela colaboração (trabalho coletivo) entre professores, estudantes, comunidades, e com autonomia em relação ao “Estado educador”! Pátria Educadora para nós deve ser igual a Povo/trabalho educador e não Estado/capital/mercado educador! Mais do que nunca vale a afirmação de Marx e Engels (nas Teses sobre Feuerbach) de que, nesse caso, é o [pretenso] educador que precisa ser educado. Luta pela possibilidade de construção de projetos educativos emancipatórios, que preparem e insiram desde já as novas gerações de trabalhadores nesses e noutros combates: pela desalienação e desmercantilização da vida! E é preciso pressionar recursos públicos e ou políticas públicas que possibilitem esta construção autônoma pelos trabalhadores, no âmbito da produção, da educação, da cultura e comunicação,...

Este desafio implica construção de formas organizativas próprias ao nosso tempo, cooperação entre práticas, entre grupos, entre escolas, auto-organização de estudantes, experiências de educação politécnica, no campo e na cidade,... na direção da luta maior pela construção de novas relações sociais, de caráter socialista, que não virão senão por uma ação contínua, persistente e estrategicamente orientada de sua construção pelos trabalhadores em todas as esferas.

Em tempos de preparação profissional rebaixada, pautemos a educação politécnica! Em tempos de dualidade, pautemos a escola unitária! E ajudemos na superação prática da concepção que prevê uma pequena elite de trabalhadores com qualificação mais sofisticada e a imensa maioria com qualificação

mínima para empregos precários, com exacerbação da cisão entre trabalho manual e intelectual, prática e teoria.

(6º) *Radicalizar as lutas coletivas pelo acesso das famílias trabalhadoras do campo à educação escolar pública (e de gestão pública)*. Afirmar o direito dos trabalhadores do campo à educação foi sem dúvida uma conquista em um país como o nosso que ainda não conseguiu atingir esse patamar republicano. – O próprio fato de que agora temos dados de pesquisa sobre essa realidade é uma conquista da última década. Mas é preciso tomar cuidado com a falácia de considerar que esse direito já foi atendido. Houve avanços significativos nos últimos anos, mas ainda há muitas crianças do campo fora da escola em idade correspondente ao ensino fundamental, justamente a faixa em que se diz que o acesso foi “universalizado”. As escolas não param de fechar e o número de analfabetos adultos não retrocede significativamente.

Programas e políticas que têm sido identificadas como “Educação do Campo”, como o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo, lançado pelo governo federal em 2012), por exemplo, são fruto de lutas, mas têm assumido a concepção da “educação rural”, adequada às tendências do desenvolvimento capitalista neoliberal, agora também para o campo. Estão muito longe do que deveria ser a garantia pelo Estado de um sistema público e universal de educação para a população trabalhadora do campo. O agronegócio cada vez mais incide nas escolas existentes, aproveitando a abertura geral da política à entrada das empresas na educação pública, através de materiais didáticos e paradidáticos, projetos de formação de professores, atividades diretas com os estudantes²⁸. Mas sua lógica produtiva não precisa da universalização da educação básica, muito menos que o Estado invista em um sistema público de educação no campo e supere a precariedade física da maioria das escolas ainda existentes. Isto precisa ser denunciado com veemência!

Precisamos denunciar e discutir com os trabalhadores a ilusão de considerar que o vínculo da escola com o mercado de trabalho (precário), na lógica de relação, por exemplo, entre educação básica e cursos do PRONATEC, ou na linha de retorno à “educação profissional” precoce (e precária) represente um avanço para a educação dos trabalhadores na perspectiva da construção de alternativas à exploração do trabalho pelo capital. Ao contrário, programas como estes demonstram a visão que os governos atuais têm de campo e o reducionismo dos objetivos de educação e de formação para o trabalho.

E tenhamos presente que as famílias podem ser um importante foco de resistência às reformas, à medida que compreendam os malefícios que uma formação reducionista e uma avaliação baseada em testes padronizados podem trazer para o pleno desenvolvimento humano de nossas crianças e jovens.

Nosso enfrentamento implica principalmente realizar lutas coletivas, massivas pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação pública e no próprio campo. Isso é estrutural e na lógica atual de expulsão das famílias do campo pela agricultura capitalista parece até que é “exigir o impossível”, por isso deve ser prioridade. Nessa perspectiva uma luta emblemática é *contra o fechamento de escolas*: precisamos assumir entre as diferentes organizações que compõem a EdoC a campanha “fechar escola é crime!”, iniciada pelo MST e mobilizar-se pela agilização e desburocratização da construção de novas escolas no campo. Da mesma forma que devemos disputar políticas ou mesmo programas que pressionem o sistema na direção do acesso dos camponeses à escola em todos os níveis, com atenção especial à dívida histórica que temos com a alfabetização de jovens e adultos.

²⁸ Cf. dados de pesquisa e análise sobre esta questão em: LAMOSA, Rodrigo A. C. *Estado, classe social e educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

E precisamos continuar denunciando a precariedade da estrutura física, dos contratos precários de trabalho dos professores e sua conseqüente rotatividade, a insalubridade do transporte escolar, que continuam como características predominantes no meio rural e tendem a piorar se as reformas empresariais tiverem sucesso e chegarem ao campo.

(7º) *Fortalecer a cooperação entre práticas que explicitem o confronto de matriz formativa na especificidade do campo.* Estamos muito tímidos nesse esforço e ainda que as condições atuais sejam especialmente adversas para a construção de práticas educativas de confronto à matriz hegemônica, é preciso firmar entre nós este desafio de “tomar a tarefa educacional em nossas mãos”, como classe trabalhadora, multiplicando práticas educativas que se desenvolvam na direção de formar lutadores e construtores da nova ordem social, e de intercâmbio e colaboração entre diferentes grupos e organizações nessa direção.

Parece-nos necessário definir áreas prioritárias para formulações pedagógicas comuns entre os sujeitos coletivos da EdoC. Algumas questões emergem nas discussões como estando mais maduras para aprofundamento entre nós, seja pelo acúmulo das diferentes organizações seja pelas necessidades mais urgentes. Entre elas destacamos para nosso debate: - caminhos para transformação das escolas de educação básica, conteúdo e forma na direção de objetivos formativos dos trabalhadores, de longo prazo; - formação de educadores das escolas nessa perspectiva (e particularmente como potencializar para nosso projeto a conquista que tivemos com a implantação da Licenciatura em EdoC), e também como formar educadores para a tarefa urgente de educação política dos trabalhadores do campo; - formulação dos pilares (conceitos básicos) de uma educação profissional de perspectiva politécnica para formação dos trabalhadores camponeses. Enfim, o desafio é tomar em nossas mãos este debate de formulação político-pedagógica, como educadores do campo e como intelectuais ou profissionais vinculados organicamente a este projeto.

Tenhamos presente, ao finalizar este texto, mas não a discussão, que nossa incapacidade de tratar adequadamente as contradições do momento atual, potencialmente explosivas, pode trazer conseqüências desastrosas para o futuro dos trabalhadores, da humanidade inteira. Os desafios de luta e construção, em que estamos envolvidos como classe trabalhadora, vão muito além da educação, mas importa muito para seu desenlace a forma como serão enfrentados nesse âmbito, porque se trata de formar as novas gerações que precisam assumi-los. Desde sua especificidade, a EdoC tem muito a fazer sobre isso, desde que assuma estes desafios e firme sua forma de constituição e de atuação nos vínculos que a fizeram surgir.

E nos preparemos para um combate de tempo longo! Afinal, para quem se coloca “como objetivo a transformação radical das condições de vida da humanidade”, seria imperdoável assustar-se com o trabalho prolongado²⁹.

Porto Alegre, julho 2015.

²⁹ LENIN, V. I. *Que fazer?* Problemas candentes do nosso movimento. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 245, nota 156.